

DEMOCRACIA

Luciana Teixeira¹

Falar sobre a Democracia é um desafio grandioso, seja pelo seu conceito, origem, história ou efetiva aplicação.

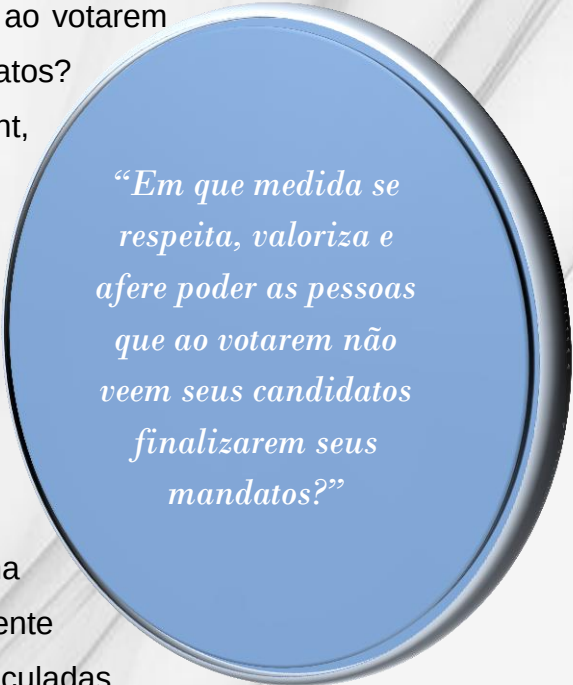
A palavra democracia surge na Grécia, em 510 a.C., com a etimologia formada pelo radical *DEMO* (povo) e *KRATIA* (poder).

Sendo assim, pode-se afirmar que não é apenas uma forma de Estado, mas uma organização política cujos fundamentos apontam os cidadãos (as pessoas) como representantes de um poder político. É por meio delas que se faz a escolha, que existe a representatividade, a expressão da vontade da maioria. Entretanto, em que medida se respeita, valoriza e afere poder as pessoas que ao votarem não veem seus candidatos finalizarem seus mandatos?

Em outras palavras, surgem golpes, impeachment, saídas para outras disputas eleitorais, mudanças de siglas partidárias. Fora isso, os candidatos eleitos, de fato, representam o povo?

Estas são questões complexas e necessárias para a reflexão. Por outro lado, este texto não visa escrever sobre a democracia representativa e muito menos sobre a social democracia. Mas propiciar um breve debate, uma reflexão sobre o que afere. O que filosoficamente significa apontar questões dialéticas diretamente vinculadas ao assunto e propiciar ao leitor uma análise sobre o assunto.

Dizer – especificamente – sobre a democracia no Brasil só é possível após o golpe militar ou ditadura militar de 1964. E com a Constituição de 1988, vigente até



*“Em que medida se
respeita, valoriza e
afere poder as pessoas
que ao votarem não
veem seus candidatos
finalizarem seus
mandatos?”*

¹ Luciana Teixeira: professora QPM de Filosofia, no Estado do Paraná. Professora Doutora, na FAE Centro Universitário (Curitiba-PR.). Contato: lucianafilo@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6764823860369819>

hoje, passou a viver a liberdade de expressão, a escolha política, a decisão popular. Mas em tese porque na prática o processo democrático esbarra no excesso de burocracia, na lentidão das demandas de um Estado corrupto e inoperante. Bem como, um Supremo Tribunal de Justiça parcial e seletivo. O que se põe em cheque ao conjecturar que a democracia brasileira apresenta-se como um sistema político e não como um regime político contemporâneo. Pois o Estado Democrático é frágil quanto à aplicação das leis, garantia de direitos (sejam eles políticos, civis e sociais). Há uma série de críticas a serem feitas, a saber: favorece uma minoria da população (a que possui dinheiro e poder), não há – em sua maioria – representantes que pensem no bem público, há uma beligerante desigualdade social, uma alarmante corrupção (ética, política, de valores morais), uma disseminação ao ódio, a segregação, ao preconceito de toda ordem, guerras, alta escala de violência. Como disse Nelson Mandela em um de seus discursos (e eu me aproprio): ‘democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria, é uma concha vazia’.

Diante deste cenário, a democracia ainda vale a pena?

Eu afirmo que sim! Mas urge a necessidade de uma Reforma Política, com o início de uma reforma na sociedade e pela postura dos cidadãos, uma consciência crítica e com respaldo teórico de todos os cidadãos, é imprescindível uma educação filosófica em todos os níveis escolares, uma sociedade cujos cidadãos lutem por seus direitos. Mas não se vendam moralmente² (em legendas políticas, pelo eterno meu cargo-minha vida), cumpram e façam cumprir as leis diariamente. Como disse Rousseau, na obra Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político (1762): ‘uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha de se vender a alguém’.

² Hannah Arendt escreveu algo que se pode servir como análise constante para nossas práticas cotidianas, a saber: ‘em nome de interesses pessoais, muitos abdicam do pensamento crítico, engolem abusos e sorriem para quem desprezam. Abdicar de pensar também é crime’.